

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Presença chinesa na América do Sul: união das capacidades nacionais

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 210 • 12 de Dezembro de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Terminal Portuario de Chancay](#)

Por: Presidência do Perú

Fonte: Flickr

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Barretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Mariana Bastos Fragueto (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF/SWUST)
Jayanne Balbino Soares (UFF)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (KCL)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luíza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

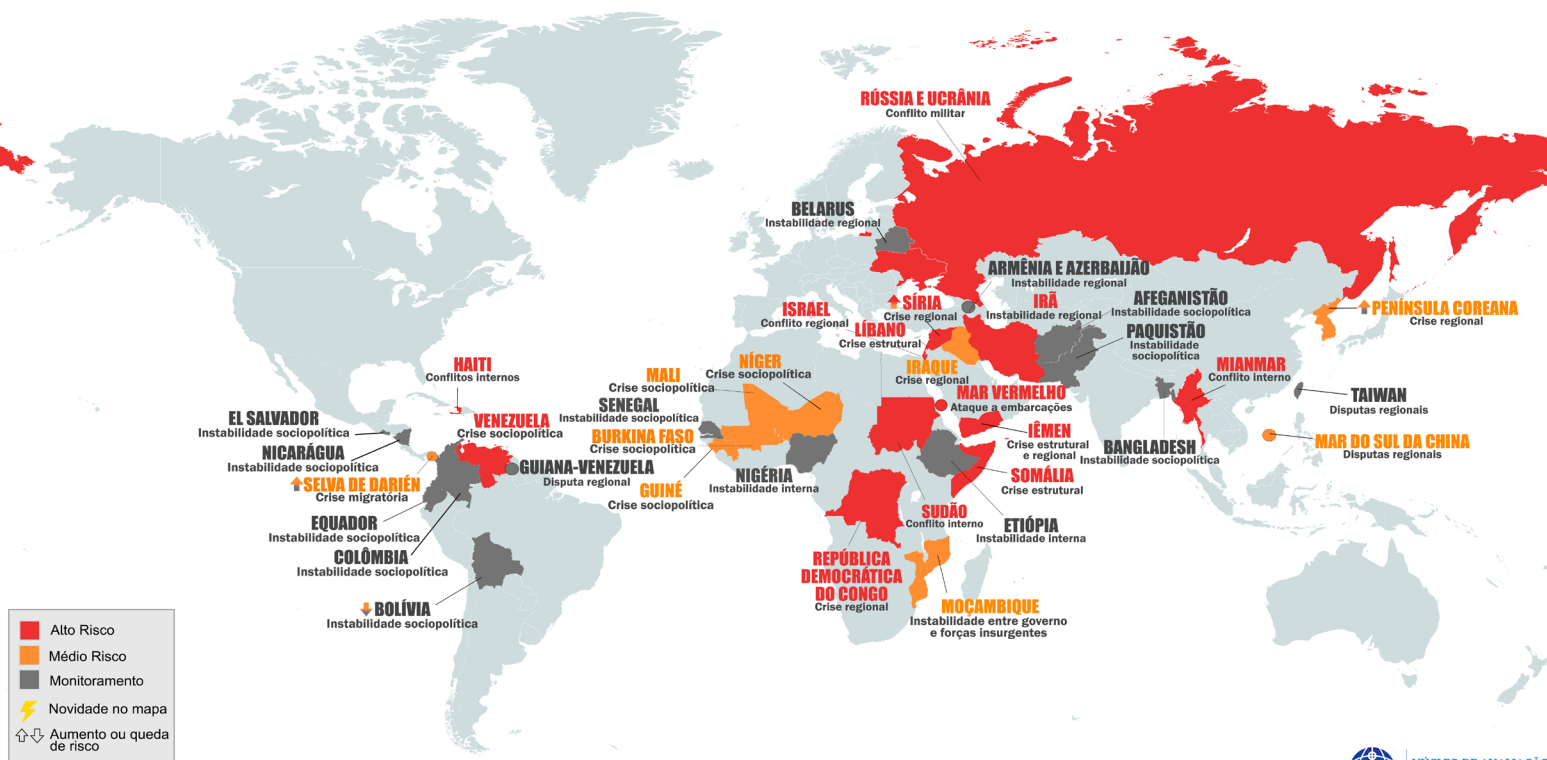


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Marinha Chilena: perspectivas de desenvolvimento técnico e geopolítico	5	Presença chinesa na América do Sul: união das capacidades nacionais	13
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Canadá e a entrada na AUKUS	6	Os esforços da Índia na diversificação do petróleo bruto e o papel da América do Sul	14
ÁFRICA SUBSAARIANA		Desescalada na fronteira Sino-Indiana	15
A saída de Angola da OPEP e a concorrência petrolífera no Atlântico Sul	7	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
Soberania contestada na Baía de Corisco: o impasse entre Guiné Equatorial e Gabão	7	A liderança brasileira na Expedição Internacional de Circum-Navegação Costeira Antártica	16
EUROPA		TEMAS ESPECIAIS	
EUNAVFOR Atalanta e a Marinha Real de Omã estreitam cooperação	8	O rompimento de cabos submarinos de comunicações no Báltico: elementos da guerra híbrida?	16
A nova estratégia franco-marroquina no Norte da África	10		
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA			
Entre centrífugas e conflitos: o que esperar do Irã em 2025	11		
RÚSSIA & Ex-URSS			
As eleições estadunidenses e as alterações na ajuda militar à Ucrânia	12	Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa	18
		Calendário Geocorrente	18
		Referências	19
		Mapa de Riscos	20

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Kaike Mota



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 20

Marinha Chilena: perspectivas de desenvolvimento técnico e geopolítico

Pedro Kilson

A Marinha chilena protagonizou, entre os dias 03 e 06 de dezembro, a *XIII Exhibición y Conferencia Internacional Naval y Marítima para Latinoamérica*, na cidade portuária de Valparaíso. Nessa ocasião, mais de 100 expositores de 25 países, entre Marinhas e empresas do setor naval e de tecnologia, apresentaram os últimos avanços da indústria naval e de defesa. O evento coincidiu com um momento importante para a instituição, pois o ano de 2024 marca o início de um projeto para substituição dos submarinos SS-20 “Thompson” e SS-21 “Simpson” da classe “209/1400L”, que já possuem 40 anos de operação. Nesse cenário de crescimento, questiona-se como projetos recentes de modernização da Marinha chilena se relacionam com propósitos mais amplos em matéria de segurança e defesa.

No marco da conferência, destaca-se o objetivo de se promover o intercâmbio de conhecimento e a colaboração entre diferentes setores da indústria de defesa. Assim, buscou-se promover debates sobre desafios e tendências da indústria naval, que incluem digitalização, construção naval e desenvolvimento de novos sistemas, bem como uma ampla agenda de reuniões. Estudos para a substituição dos submarinos da classe “209/1400L” ganharam centralidade, com destaque para o programa de cooperação DESI (*Diesel Electronic Submarine Initiative*), promovido pela Marinha estadunidense com países sul-americanos.

Nesse cenário, os projetos de modernização se alinham a objetivos mais amplos, vinculados à busca por

maior protagonismo da Marinha chilena em matéria de defesa, em especial na região antártica. Destaca-se o chamado *Plan Nacional Continuo de Construcción Naval* (PNCCN), que promoveu a incorporação de duas embarcações, o quebra-gelo AGB-46 “Almirante Viel” e o rebocador ATF-60 “Lientur”, pensados para operar a partir da cidade de Punta Arenas, no extremo sul do país, com acesso facilitado ao continente antártico. Em parceria com a empresa *Astilleros y Maestranzas de la Armada* (Asmar), o plano se enquadra em uma política nacional de construção naval e substituição de importação de embarcações, que busca potencializar a construção de navios, fragatas e unidades logísticas nos próximos 50 anos, além de promover a iniciativa público-privada no longo prazo.

Numa perspectiva mais ampla, o plano busca promover interesses domésticos, como geração de empregos, pesquisa, inovação e crescimento econômico. Geopoliticamente, ressalta-se a relevância de uma indústria naval forte, no propósito de se assegurar a soberania do Território Antártico Chileno, bem como de seus acessos. Destaca-se a intensificação da cooperação entre as forças de defesa dos Estados Unidos da América e do Chile, evidenciando-se uma estratégia alinhada aos interesses geopolíticos estadunidenses. Essa parceria pode ser interpretada como uma tentativa de contrabalancear a presença e a influência crescentes da China na região, que têm se manifestado por meio de investimentos estratégicos em infraestrutura, comércio e tecnologia.



Canadá e a entrada na AUKUS

Gabriel Heil

No dia 08 de abril de 2024, o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, em coletiva sobre revisão da política de defesa, declarou a possível entrada do país na segunda fase da AUKUS — aliança militar formada por Austrália, Reino Unido (RU) e Estados Unidos da América (EUA) — com foco em cooperação e defesa. Isso se alinha à postura canadense de repensar sua estratégia de defesa, aumentando seu investimento no setor de armamentos. Sendo assim, como a entrada do Canadá na AUKUS pode afetar a geopolítica mundial?

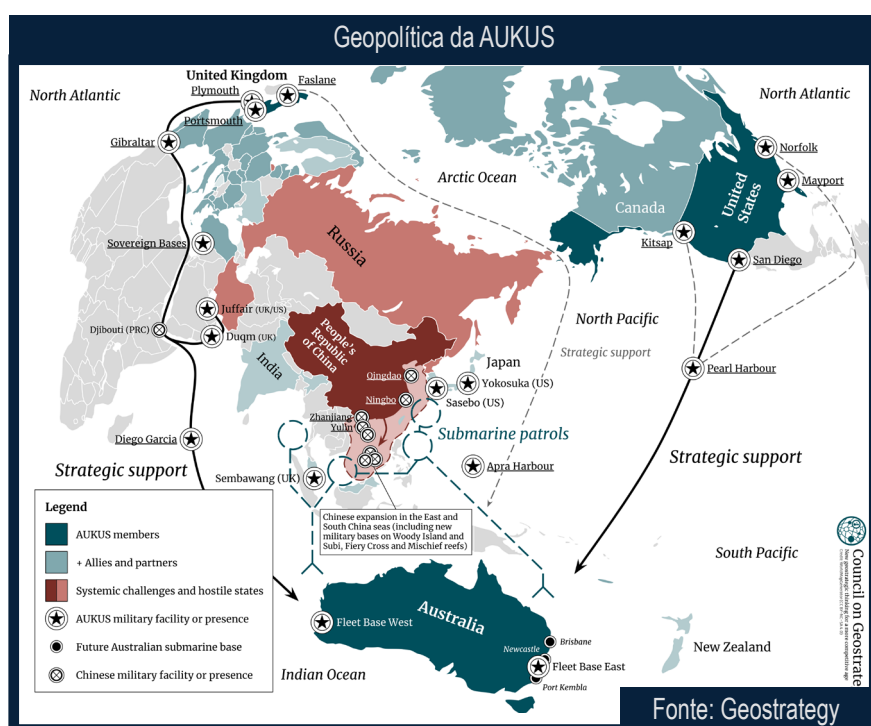
Os três países possuem o Indo-Pacífico como uma região marítima estratégica, o que evidencia convergências de perspectiva marítima e explica a manutenção de presenças militares nessa parte do globo. Um dos principais objetivos da AUKUS é a contenção do avanço chinês no globo. O governo chinês tem criado ilhas artificiais, colocando bases militares nesses locais, para aumentar sua costa e, conseqüentemente, sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Essa estratégia militar é vista como uma afronta à influência estadunidense na região. Além disso, nesse contexto, outra questão importante a ser analisada é a relação entre Austrália e França, especialmente na produção de submarinos nucleares. Antes da AUKUS, a Austrália possuía um acordo com a França, que atribuía ao país europeu a responsabilidade pela fabricação desses submarinos, resultando em uma dependência significativa da Austrália. Com a AUKUS, Estados Unidos e Reino Unido assumem o financiamento e

a produção desse tipo de armamento para a Marinha australiana, diminuindo a necessidade de colaboração com a França e fortalecendo a cooperação entre os membros da AUKUS.

A parceria com a Austrália é estratégica para os EUA à medida que contém o avanço chinês e promove a manutenção da influência estadunidense na região, dando a Washington mais um parceiro em uma área importante para os exercícios militares.

Portanto, o Canadá aparece como possível participante do acordo, principalmente pela janela de oportunidade dos dois lados. O governo canadense enxerga no possível financiamento de submarinos por parte dos EUA uma oportunidade para se cortarem gastos, aproveitando-se também a troca de informações sobre tecnologias. Para a AUKUS, ter o Canadá como participante da aliança seria de enorme vantagem, considerando-se sua vasta extensão marítima e sua já conhecida capacidade militar. A possibilidade de expansão do grupo desagradou o governo chinês, com um posicionamento oficial do país dizendo que entende a ação como uma política de Guerra Fria em tempos de paz — ocasionando um avanço das tensões políticas no mundo.

Dado o exposto, a entrada do Canadá na AUKUS pode ter influência global através do fortalecimento do bloco estadunidense, o que levaria, portanto, ao desfavorecimento da parte chinesa, acarretando uma possível instabilidade no sistema internacional.



DOI 10.21544/2446-7014.n210.p06.

A saída de Angola da OPEP e a concorrência petrolífera no Atlântico Sul

João Victor Marques Cardoso

Próxima de completar um ano desde sua saída da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Angola intensifica medidas para reverter o declínio de sua produção petrolífera. O declínio da produção é uma realidade desde 2016 para o país, impondo desafios a uma economia dependente das exportações e receitas do petróleo. Logo, questiona-se: como a percepção do governo João Lourenço de que a continuidade na OPEP traria medidas para aumentar a produção angolana entrou em choque com os interesses nacionais e o contexto de maior competição no Atlântico Sul?

O país africano se retirou da OPEP ao se opor aos cortes de produção exigidos pela Organização para gerenciar a oferta global de petróleo. Gerenciar a oferta por meio de cotas é o principal instrumento da Organização para influenciar o mercado internacional e estabilizar preços. Portanto, em discordância com a OPEP, Angola procura produzir mais, com o objetivo de manter a produção acima de 1 milhão de barris por dia após 2027.

Assim, reformas no setor nacional de petróleo, iniciadas em 2018, levaram à criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), no esteio de liberalização, transparência e resgate da credibilidade. Além da governança do setor, um plano

para buscar novas fronteiras e ampliar concessões foi definido até 2025. A ANPG disponibiliza nove blocos, com a expectativa de cinquenta concessionários em 2025 e investimentos de US\$ 60 bilhões nas concessões em fase de produção nos próximos cinco anos. Ademais, já se desenha um plano pós-2025 com abordagem “agressiva” na estratégia exploratória. Outra medida é o recém-criado Projeto Produção Incremental para a revitalização de campos maduros, com incentivos fiscais para viabilizar e acelerar investimentos, sobretudo na Bacia do Baixo Congo.

Novos projetos de óleo e gás têm o desafio global de atender requisitos mais exigentes em sustentabilidade para se obter financiamento e, regionalmente, há uma crescente concorrência exploratória e produtiva no Atlântico Sul, destacando-se África do Sul, Brasil, Guiana, Namíbia e Suriname. Dessa forma, busca-se atrair investimentos tais como já empreendidos no país por companhias internacionais como *Chevron*, *ExxonMobil* e *TotalEnergies*.

A princípio, a entrada de Angola na OPEP em 2007 foi uma ambição política de prestígio em conjuntura de alta produção. A saída marcou uma mudança estratégica em busca de maior autonomia para se definir medidas de estímulo ao setor e atrair investimentos em um contexto de maior concorrência regional.

DOI 10.21544/2446-7014.n210.p07.

Soberania contestada na Baía de Corisco: o impasse entre Guiné Equatorial e Gabão

Vanessa Bandeira

A disputa entre a Guiné Equatorial e o Gabão pela soberania sobre as ilhas de Mbanié, Conga e Cocotiers já perdura por mais de 50 anos. Essas ilhotas estão localizadas na Baía de Corisco, bem na fronteira entre os dois países. Todavia, ressalta-se que a maior delas, Mbanié, possui apenas 0,30 km² de extensão. Desse modo, pergunta-se: o que motiva essa disputa?

A controvérsia entre os dois países instaurou-se em 1972, quando o Exército do Gabão expulsou militares da Guiné Equatorial baseados em Mbanié e estabeleceu presença militar na ilhota praticamente inabitada. Contudo, o tratado que estabelecia a partilha das possessões na África Ocidental entre Espanha e França, datado de 1900, dava margem a uma interpretação

dúbia, levando o Gabão a reivindicar a soberania sobre o território. Com a descoberta da existência de reservas de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné nos anos 2000, o impasse entrou em voga novamente. Sem uma solução bilateral, em 2016 ambos os países concordaram que a questão fosse mediada e definida pela Corte Internacional de Justiça (CIJ). As oitivas finais do processo instaurado em 2021 foram realizadas em outubro de 2024, e a divulgação da decisão final sobre a demarcação das fronteiras e soberania de Mbanié, Conga e Cocotiers está prevista para 2025.

Observa-se que a disputa não é propriamente pela extensão territorial, pois a posse dessas ilhas permitirá a exploração dos recursos naturais correspondentes às suas

águas jurisdicionais, especialmente o petróleo. Segundo a *International Energy Agency* (IEA), em 2022 o Gabão foi o 4º maior produtor de óleo bruto e 4º maior exportador de petróleo da África Subsaariana, enquanto a Guiné Equatorial figurava na 7ª posição nas duas categorias. Nesse sentido, a conquista desse espaço se coaduna vital para esses países — especialmente para a Guiné Equatorial, que teve sua produção de petróleo bruto reduzida pela metade nos últimos cinco anos.

Assim, com uma economia consideravelmente

dependente de combustíveis fósseis, como o petróleo, ambos os países veem na conquista desses espaços estratégicos a possibilidade de ampliar benefícios econômicos e cumprir com promessas feitas aos investidores internacionais — de ampliar a produção em um curto espaço de tempo. Cabe destacar que a decisão da CIJ sobre esse caso pode influenciar, além de servir como parâmetro para, outras disputas territoriais similares que ocorrem no continente africano, o que reforça sua relevância e atrai a atenção da comunidade internacional.



DOI 10.21544/2446-7014.n210.p07-08.

EUROPA

EUNAVFOR Atalanta e a Marinha Real de Omã estreitam cooperação

Melissa Rossi

A geografia do Sultanato do Omã, banhado por Golfo de Omã, Estreito de Hormuz e Mar Árabe, faz desse país um importante elo entre diversas missões navais internacionais cujo objetivo é manter a estabilidade marítima no sul da Península Arábica. Em particular, a missão naval da União Europeia conhecida como EUNAVFOR “Atalanta” ([Boletim 176](#)) tem parte de sua Área de Operações (AOP) nessa região, tendo, em 2024, atualizado seu mandato (resolução 2024/1059) para

aumentar seu suporte no entorno estratégico do Estreito de Hormuz. Nesse sentido, por que o Sultanato do Omã é importante para a estabilidade marítima dessa região, e qual é o papel das relações entre a Marinha Real de Omã (RNO, sigla em inglês) e a EUNAVFOR “Atalanta” nesse apoio?

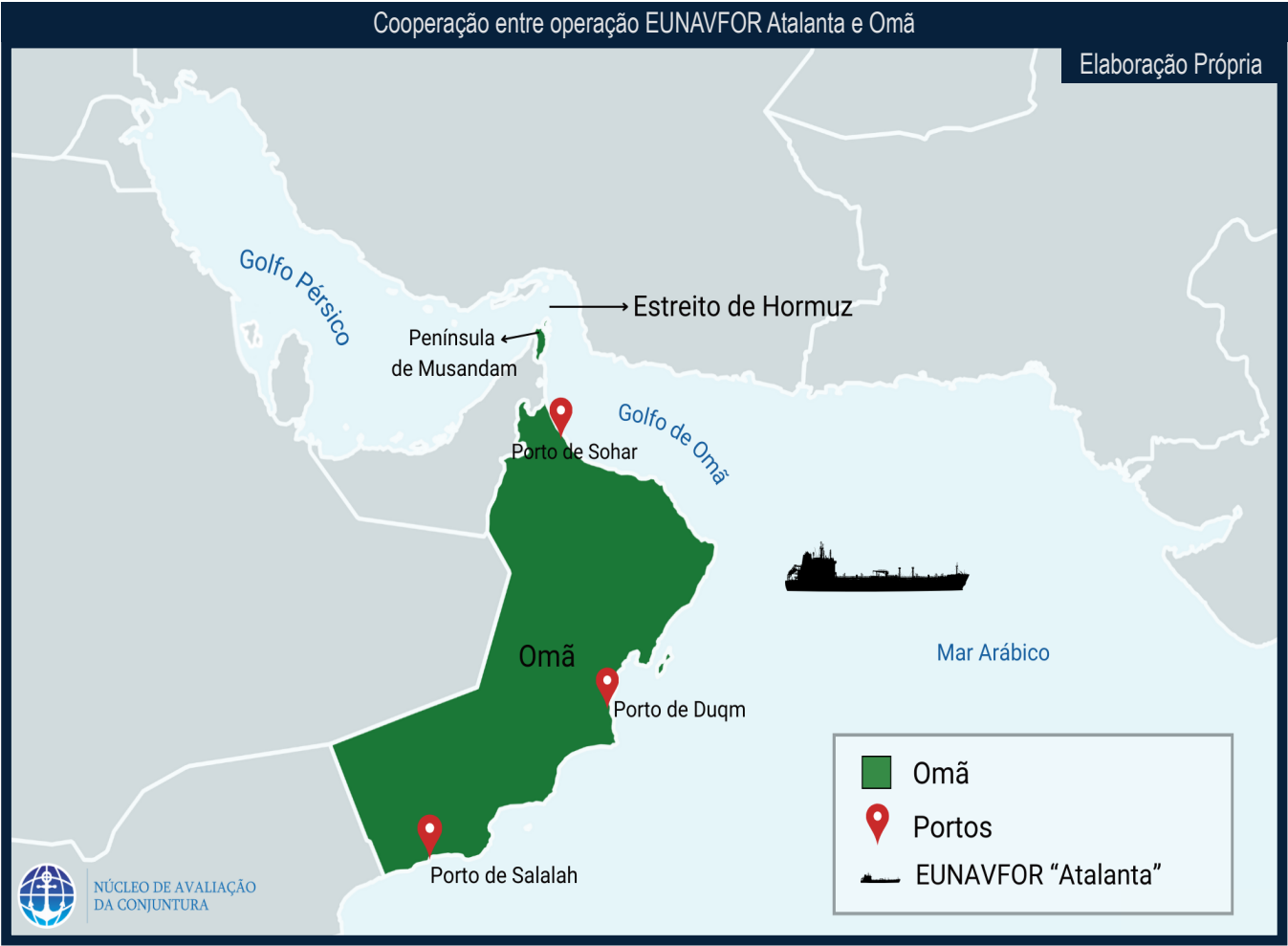
A EUNAVFOR “Atalanta” tem lidado com grande aumento de tensões em sua AOP, incluindo casos de pirataria e tráfico de armas devido à escalada de

conflitos na região. A importância do Omã, como país estável e neutro, tem servido para equilibrar e fortalecer a cooperação naval entre aliados, dando apoio logístico, estratégico e tático às forças internacionais atuantes na região. O Omã possui quase 3.000 km de costa, com portos de relevância estratégica em Sohar, Salalah e Duqm, além de controlar a Península de Musandam, um exclave que se projeta para o interior do Estreito de Hormuz.

Desde as novas emendas ao mandato da operação “Atalanta” em abril de 2024, houve um maior estreitamento de exercícios e acordos conjuntos entre a missão europeia e a RNO. Em particular, em junho de 2024, foi firmado um Protocolo para a Coordenação e Cooperação entre Mascate e a operação “Atalanta”,

que inclui a troca de informações e apoio logístico, com suporte do Centro de Segurança Marítimo do Sultanato do Omã. Vários exercícios têm sido realizados desde então, como os táticos realizados em setembro, entre o navio ESPS “NUMANCIA” e o navio SADH. Ademais, o porto omani de Duqm também possui grande valor logístico de apoio para missões como a EUNAVFOR, com acesso a um dique seco e de águas profundas, onde navios-aeródromos podem atracar.

A cooperação marítima no sul da Península Arábica é fundamental para a estabilidade regional, garantindo a livre navegação. A cooperação entre a EUNAVFOR “Atalanta” e a RNO é um exemplo de como a cooperação transcende barreiras geográficas e culturais, trazendo benefícios de grande valia estratégica.



DOI 10.21544/2446-7014.n210.p08-09

Em outubro de 2024, Emmanuel Macron visitou Rabat, capital do Marrocos, como parte de sua nova estratégia para consolidar a influência francesa no Norte da África, bem como restaurar laços com o Marrocos, enfraquecidos devido a tensões recentes. Durante encontros com o Rei Mohammed VI, foram celebrados acordos econômicos e comerciais estimados em US\$ 10,7 bilhões, enquanto Macron sinalizou apoio ao plano de autonomia marroquino do Saara Ocidental. Nesse sentido, o presente texto busca analisar as implicações geopolíticas desse estreitamento bilateral.

A princípio, ressalta-se a importância do Magrebe para a política externa francesa, especialmente pela proximidade geográfica e histórica. Nesse sentido, a celebração desses novos investimentos, especialmente voltados para setores como transporte ferroviário de alta velocidade e energia renovável, representa um importante avanço na conquista de um patamar estratégico pela França.

Além disso, ao se expandir a análise para o contexto da União Europeia, percebe-se que não se trata de uma estratégia isolada. Em realidade, a empreitada faz parte da tentativa francesa de proteger seus interesses e enfrentar rivais globais, como a China, que estabeleceu sua presença na região por meio da Iniciativa Cinturão e Rota. Seguindo esse viés, o apoio da França à concessão de autonomia ao Marrocos sobre o Saara Ocidental é uma decisão que, embora pragmática, pode ser vista como um

sacrifício dos princípios de autodeterminação.

Do ponto de vista marroquino, essa aproximação seria fundamental para consolidar sua posição de elo entre Europa e África. Os acordos firmados para intensificar investimentos são vitais para a modernização da infraestrutura do país e para impulsionar a integração econômica, à medida que fortalece o papel do Marrocos como principal acesso para o continente africano e reforça sua capacidade de atrair possíveis investimentos europeus.

Entretanto, a aproximação entre os países tende a repercutir na dinâmica regional, especialmente em relação à Argélia, que tem demonstrado apoio à Frente POLISÁRIO — movimento político em favor da autonomia do território e pela autodeterminação do povo saaraui — no conflito do Saara Ocidental. Nessa perspectiva, acredita-se que os laços entre Paris e Rabat possam intensificar rivalidades, afetando a estabilidade nas regiões do Magrebe e do Sahel, que já se encontram em situação de déficit político e de segurança.

Por conseguinte, a aproximação entre França e Marrocos representa uma estratégia com implicações amplas. Para a França, ela reafirma sua posição no Norte de África, enquanto, para o Marrocos, há uma oportunidade de simultaneamente se tornar uma potência regional e se intensificar a modernização econômica. No entanto, a aliança também acende rivalidades e traz à tona desafios geopolíticos complexos.



Entre centrífugas e conflitos: o que esperar do Irã em 2025

Maria Clara Schneider

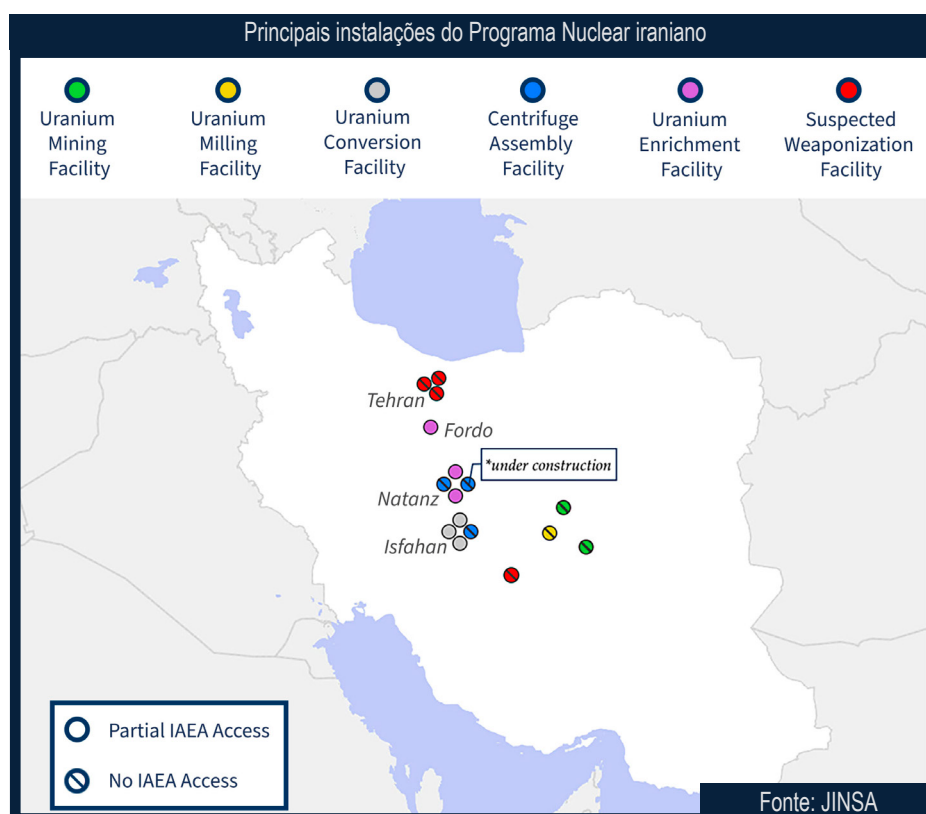
O ano de 2025 será de extrema importância para o Irã e ditará o tom de suas políticas e diplomacia para o futuro. O Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês), que vinha guiando e limitando o país persa, completará dez anos, e suas principais cláusulas expirarão. A esse contexto, soma-se o conflito com Israel, que alterna entre embates diretos e indiretos por meio das *proxies* iranianas, e as incertezas mundiais acerca das políticas internacionais e diplomacia de um novo governo de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA). Perante tal cenário, questiona-se como o Irã está se preparando para 2025.

Em novembro, a Agência Internacional de Energia Atômica anunciou que Teerã planeja a instalação de mais de 6.000 novas centrífugas e possui a intenção de aprimorar as da Usina de Natanz de forma a acelerar o ritmo de enriquecimento de urânio. Tais anúncios sucederam a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, cujo governo deve seguir a mesma linha de seu primeiro mandato defendendo “pressão máxima” contra o Irã. Ainda, enquanto presidente, Trump foi responsável pela retirada estadunidense do JCPOA, o que foi respondido pelo Irã com uma intensificação de seu enriquecimento nuclear.

Em um enfoque regional, Teerã divulgou reforços

e investimentos substanciais na sua Marinha. Em comemoração ao Dia Nacional da Marinha iraniana, o Contra-Almirante Shahram Irani anunciou dois novos navios que entrarão em operação em um futuro próximo — um destes, equipado com o sistema de defesa aérea “Sayyad”, que pode disparar mísseis de longo alcance —, e ainda o desenvolvimento de mísseis terra-mar com alcance superior a 1.000 quilômetros e de um submarino pesado “Be’sat”. Considerando os investimentos marítimos iranianos, especula-se se Teerã estaria se preparando para os confrontos com Israel adquirirem uma nova dimensão. Apesar de a Marinha israelense ser menos potente que as outras forças do país, esta vem sendo reforçada e, em novembro, foi anunciado o lançamento do terceiro submarino da classe “HDW Dolphin AIP”, o INS “DRAKON”, e o início da produção do primeiro submarino da classe “DAKAR”.

Portanto, Teerã caminha para 2025 com uma clara busca por fortalecimento militar. O fim do JCPOA, as tensões com Israel e a volta de Trump sinalizam um ano de incertezas e, por meio de avanços nucleares e investimentos navais, o Irã parece assumir uma postura mais assertiva na preparação para um novo capítulo de seu programa nuclear.



As eleições estadunidenses e as alterações na ajuda militar à Ucrânia

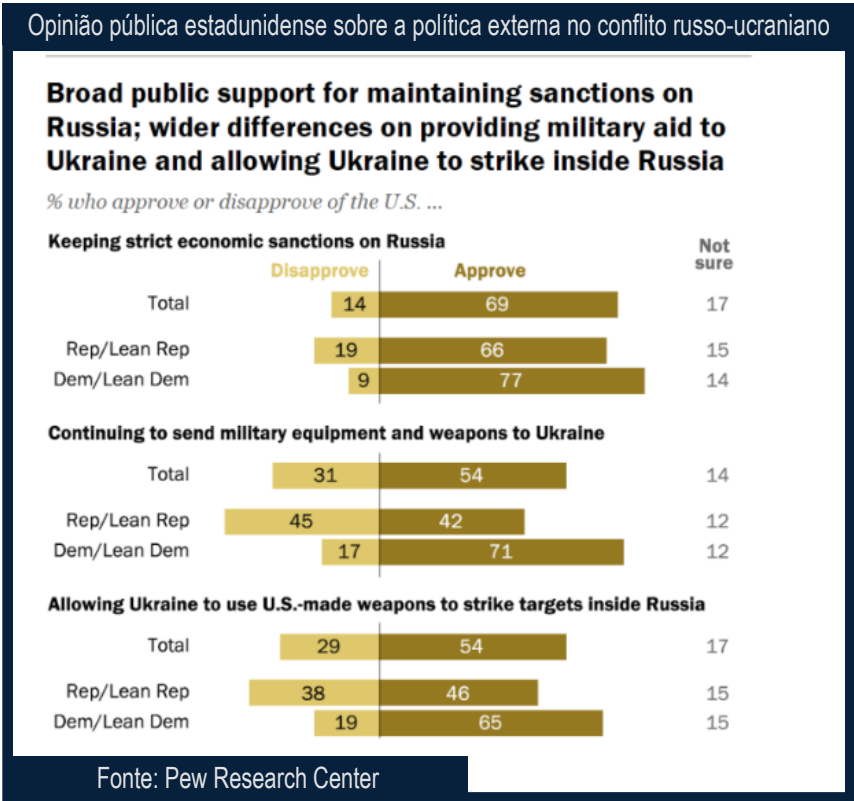
Pedro Martins

Em 01 de novembro de 2024, o periódico estadunidense *The Defense Post* publicou que o governo lituano havia anunciado um pacote de ajuda militar à Ucrânia a curto prazo, bem como o compromisso de longo prazo de dedicar cerca de 0,25% do seu PIB em ajuda militar a Kiev. Essa informação mostra uma tendência observável nos últimos meses: o aumento da ajuda militar à Ucrânia por países europeus. Nesse sentido, este artigo busca analisar uma possível explicação para essa mudança relevante.

Parte fundamental da estratégia ucraniana para conter a invasão russa é justamente angariar apoio militar e financeiro de parceiros internacionais. Além da mencionada ajuda financeira lituana, o país báltico enviou pacotes de ajuda com munições e veículos militares como o “M113”. Em outubro, a Alemanha também anunciou uma contribuição de US\$ 1,48 bilhão à Ucrânia, que envolvia baterias antiaéreas “Gepard” e “Skynex”, bem como carros de combate “Leopard 1 A5”, quatro veículos militares “MRAP” e 30 drones de reconhecimento “VECTOR”. Adicionalmente, o governo da Noruega se comprometeu a aumentar contribuições financeiras para a Ucrânia para o equivalente a US\$ 3,16 bilhões em novembro de 2024, mesmo mês em que o governo da Croácia decidiu doar 30 carros de combate “M84” e 30 blindados “M80”.

A intensificação da ajuda militar europeia para a Ucrânia tem uma explicação longe do campo de batalha: as eleições estadunidenses. A disputa acirrada entre Kamala Harris e Donald Trump colocava incerteza sobre a continuidade do suporte estadunidense às forças ucranianas se Trump fosse eleito, alimentada pelo fato de o Partido Republicano ser menos comprometido com o apoio ucraniano do que o Partido Democrata. Segundo pesquisa do *Pew Research Center* conduzida em julho de 2024, 47% dos entrevistados do eleitorado republicano consideravam que a ajuda estadunidense à Ucrânia era excessiva, e 45% dos republicanos desaprovavam a manutenção desse apoio. A vitória republicana nas eleições fez com que os aliados europeus aumentassem suas contribuições para a Ucrânia, já antecipando consequências de uma possível mudança na postura estadunidense. Por ora, o plano de Trump ainda não foi divulgado, mas se observam movimentações a partir de comentários isolados de seu enviado à Ucrânia, condicionando o envio de mais ajuda à negociação de paz com a Rússia.

Nesse sentido, os países europeus aumentaram as suas contribuições em antecipação a uma vitória republicana à Casa Branca, de modo a mitigar os impactos negativos para a defesa ucraniana de uma possível redução na ajuda estadunidense, ainda incerta.



Presença chinesa na América do Sul: união das capacidades nacionais

Philippe Alexandre

A *China Ocean Shipping Company* (COSCO), a quarta maior empresa do setor de transporte marítimo do mundo, inaugurou, no dia 14 de novembro de 2024, o seu terminal de contêineres em Chancay, ao norte da capital peruana, Lima. O Presidente Xi Jinping participou da inauguração no ensejo do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês), antes da viagem ao Brasil para o G20.

A COSCO pretende que o porto seja um *hub* de distribuição para o comércio transpacífico e, a partir dele, navios menores transportem contêineres para Chile, Colômbia, Equador e outros portos na costa oeste da América do Sul. Com o financiamento de um consórcio de bancos chineses, num total de US\$ 3,5 bilhões investidos, o porto também deve atender regiões interioranas do Brasil.

É importante destacar que a expansão global da atuação da COSCO significa a expansão da Marinha do Exército de Libertação Popular da China (PLAN, na sigla em inglês). A correlação civil-militar, como parte da estratégia nacional chinesa, de acordo com especialistas, confere a Pequim uma extensa rede logística para projetar seu poder naval.

A COSCO opera mais de 400 navios porta-contêineres, conectando 558 portos em todo o mundo. Embora a Marinha chinesa tenha apenas uma base no Djibuti, ela pode valer-se dessas estruturas da COSCO para reabastecimento e suporte logístico. Um exemplo

ocorreu em 2019, quando a fragata “054A Linyi” da PLAN foi reabastecida pelo navio porta-contêineres da COSCO, “Fuzhou”. A empresa não apenas fornece suporte às operações de escolta e evacuação, mas também ajuda com suporte logístico e fornecimento em águas fora da jurisdição chinesa.

No que tange à América Latina, cada vez mais a empresa tem ganhado espaço, com destaque para Chile, Colômbia, Equador, países da América Central e Caribe. No total, a COSCO opera 27 serviços de navegação regionais, cobrindo 24 países e 52 portos nas Américas. Nesse contexto, o porto de Chancay comporá um corredor marítimo-terrestre de conexão física e comercial — intra e extrarregional — entre América Latina e China, o que fomentará o mercado marítimo e a cabotagem na região.

Portanto, é possível observar como Pequim tem alinhado, na prática, as suas capacidades comercial, diplomática, tecnológica e militar às suas pretensões geopolíticas de projeção de poder. As bases militares propriamente ditas no exterior poderiam, no atual contexto, ser substituídas pela criação de uma rede de portos e serviços estratégicos globais, incluindo a América Latina. Assim sendo, a expansão comercial marítima chinesa pode refletir-se numa expansão naval em águas contestadas e rotas estratégicas, além de fomentar mercados em outras regiões.



Nota: Atualmente a COSCO opera mais de 400 navios porta-contêineres, além de atuar em mais de 355 rotas marítimas, conectando 558 portos ao redor do mundo, como ilustra a imagem. A linha amarela, indicada na imagem, representa a Rota da Seda terrestre, enquanto a linha azul, representa a Rota da Seda marítima.

Os esforços da Índia na diversificação do petróleo bruto e o papel da América do Sul

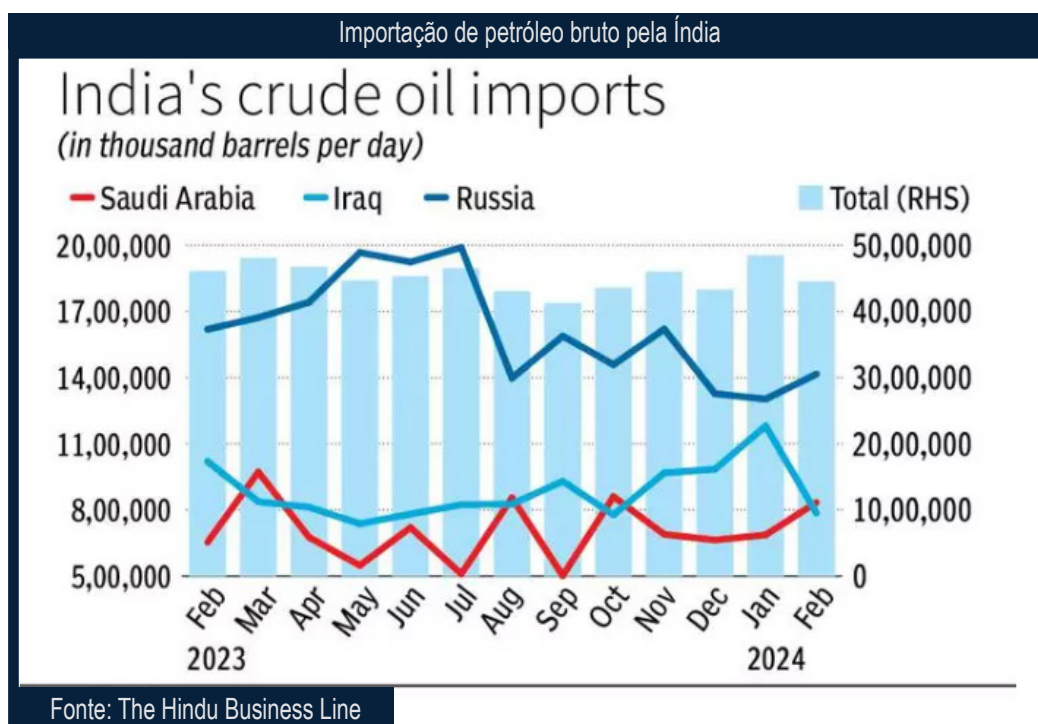
Gabriela Santos

Durante uma visita à Guiana em novembro de 2024, o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi afirmou que seu governo vê o país sul-americano como um ator essencial para a segurança energética da Índia. Em movimento semelhante, o ministro do petróleo indiano Hardeep Puri visitou o Brasil em setembro para discutir como a Índia poderia impulsionar importações de petróleo bruto brasileiro. À medida que a demanda por energia na Índia aumenta a uma taxa três vezes maior que a média global, o país tem se esforçado para ampliar suas fontes de petróleo bruto para além de seus parceiros habituais, sendo a América do Sul uma região cada vez mais atraente.

A Índia é o terceiro maior consumidor de petróleo bruto do mundo, com importações respondendo por mais de 80% do seu consumo doméstico. Apesar dos esforços do governo, a crescente demanda por produtos petrolíferos e a estagnação da produção doméstica têm dificultado a redução dessa dependência. Consequentemente, a economia indiana continua suscetível a flutuações nos preços globais da commodity e a riscos geopolíticos — dentre os seus fornecedores de petróleo, a Rússia emergiu como o principal nos últimos dois anos, respondendo por aproximadamente 40% das importações, seguida por Iraque, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América e Kuwait.

Dado o boom do petróleo *offshore* na América do Sul, o cenário energético global está passando por transformações significativas. Em particular, os esforços combinados da Guiana e do Brasil estão projetados para liderar os investimentos *upstream* nos próximos anos, com ambos sendo responsáveis por 30% das instalações globais de “Árvores de Natal Molhadas” (equipamento para extração de petróleo) até 2030. Esse desenvolvimento, se aliado aos esforços de Nova Delhi para fortalecer a cooperação no comércio de hidrocarbonetos e produtos petrolíferos, tem o potencial de reduzir a exposição da Índia a grandes riscos geopolíticos no Oriente Médio e diminuir sua dependência no petróleo russo.

Em que pese à necessidade indiana de diversificar suas importações de petróleo, uma mudança brusca dos seus fornecedores ainda é improvável. Desafios como a falta de conectividade direta em rotas comerciais e descontos no petróleo russo podem reduzir o apelo do bruto sul-americano em um futuro próximo. No entanto, cooperar com os principais *players* sul-americanos no setor de hidrocarbonetos pode não apenas favorecer a segurança energética da Índia, mas também facilitar a transferência de conhecimento em atividades *upstream* e alavancar a exploração de petróleo profundo *offshore* em águas indianas.



DOI 10.21544/2446-7014.n210.p14

O recente encontro às margens da Cúpula do BRICS de 2024 entre o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, e sua contraparte chinesa, Xi Jinping, foi marcado pelo anúncio de um acordo concernente à fronteira disputada por Índia e China, a Linha de Controle Real (LCR). Este pacto elenca o desengajamento de tropas de ambos os lados e o acordo de patrulhas, configurando um retorno à situação anterior a 2020 — quando tropas chinesas e indianas tiveram um confronto letal — e um degelo significativo nas relações entre os dois países. Faz-se necessário analisar quais serão os possíveis impactos desse acordo nas relações entre os dois gigantes asiáticos.

A citada disputa iniciou-se com a Guerra Sino-Indiana de 1962, a partir do desacordo entre os dois países quanto à demarcação da divisão territorial na região do Himalaia ([Boletim 164](#)), ocasionando o estabelecimento da LCR. É notório, contudo, que o ocorrido em 2020 é o último de uma série de embates, como os acontecimentos em 1967, 1987, 2013 e 2017. Assim, os diversos movimentos de construção de confiança entre os dois países realizados até então historicamente falharam em impedir o aumento das tensões.

A disputa lindeira é também por recursos hídricos. O rio Yarlung Tsangpo, que na região disputada se torna

o rio Brahmaputra, é importante para a sustentação da agricultura indiana na região e detém potencial energético relevante. Sendo assim, a construção de represas por parte da China é vista pelos indianos como uma ameaça existencial, sendo a falta de um acordo de uso compartilhado do rio decorrente da ausência de um acordo de demarcação de fronteiras. A construção e a operação de represas e usinas hidrelétricas no pós-2020 podem continuar a causar tensões.

Ademais, a disputa fronteira não é a única área de atrito entre os dois países. A crescente influência chinesa no entorno estratégico indiano e no Indo-Pacífico, a construção do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês) — que passa por território reivindicado pela Índia — e a busca indiana por alcançar uma maior independência econômica e tecnológica do país vizinho são questões que não desaparecerão com a estabilização da LCR.

Sendo assim, parece improvável que esse acordo terá impactos significativos na resolução do conflito fronteiriço. Embora certo nível de reaproximação possa ser esperado, o acordo também representa uma realocação de foco e recursos, enquanto ambos os países se voltam para o desenvolvimento interno e o Indo-Pacífico como principal palco de competição.



A liderança brasileira na Expedição Internacional de Circum-Navegação Costeira Antártica

Gabriela Paulucci da Hora Viana

Em 22 de novembro de 2024, 57 pesquisadores de sete diferentes países (Argentina, Brasil, Chile, China, Peru e Rússia) embarcaram para a inédita Expedição Internacional de Circum-Navegação Costeira Antártica, liderada pelo Brasil. A missão, pioneira em escala global, estabelece um novo marco para a ciência polar nacional. A bordo do navio quebra-gelo russo “Akademik Tryoshnikov”, a expedição percorrerá 20 mil quilômetros da costa antártica, com retorno previsto para 25 de janeiro de 2025. Sob esse escopo, indaga-se: de qual maneira a liderança brasileira na expedição pode alavancar a presença nacional no sexto continente?

O legado jurídico estabelecido pelo Tratado da Antártica (1959) formaliza a Antártica como um continente dedicado exclusivamente à paz e à ciência. Nesse sentido, ciência é sinônimo de poder. O grande potencial de exploração científica da região inaugura uma brecha para a consolidação de diferentes *players* no continente. A expedição, que visa estudar os impactos das mudanças climáticas nas geleiras antárticas, é coordenada pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Jefferson Cardia Simões e ocorre no âmbito das atividades do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), ancorando-se no marco dos quarenta anos do Brasil na Antártica. Nessa perspectiva, os 27 cientistas brasileiros ilustram o protagonismo nacional na iniciativa, representando uma virada de chave para as capacidades polares do país.

A liderança brasileira na inédita missão, somada à capacidade polar dos sete países participantes, reforça os princípios norteadores da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) e, mais do que nunca, fortalece novas formas de coalizões por meio da aprofundação da cooperação polar. O navio quebra-gelo russo possibilitará maior aproximação possível das frentes das geleiras antárticas, além de percorrer várias estações científicas ao longo da expedição. A multidimensionalidade da iniciativa, portanto, vai de encontro direto aos interesses da diplomacia polar nacional para o continente.

Não obstante, é importante também ressaltar a crescente presença nacional no Ártico, sobretudo com a Operação “Ártico I”, Primeira Expedição Científica do Brasil ao Ártico, realizada em 2023. Essa junção de fatores favorece a inserção do Brasil como autoridade polar no cenário internacional. Ainda, atualmente, a obtenção de vantagens comparativas feita pelos países no território antártico relaciona-se com a possibilidade de revisão do Tratado da Antártica, em 2048. Cabe ao Brasil, nesse sentido, valer do sucesso de suas investidas polares, em busca de direcionar seus esforços científicos para robustecer o relacionamento com outros *players* geopolíticos, ampliando sua capacidade científica e, principalmente, de influência no continente.

DOI 10.21544/2446-7014.n210.p16

TEMAS ESPECIAIS

O rompimento de cabos submarinos de comunicações no Báltico: elementos da guerra híbrida?

Raquel Spiri

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI), nas últimas décadas, passaram a considerar a ampliação e o aprofundamento do conceito de segurança em algumas abordagens, à medida que a presença tecnológica se consolida nas práticas mundiais e suas vulnerabilidades podem ser exploradas. Dessa maneira, entende-se que a “guerra híbrida” pode ser vista como uma parte das novas dinâmicas geopolíticas. Entre essas novas

dinâmicas, considera-se principalmente a sabotagem de infraestruturas críticas. Relacionando-se esse tópico ao tema da guerra híbrida, pode-se observar que estruturas críticas recentemente apresentaram problemas no Mar Báltico.

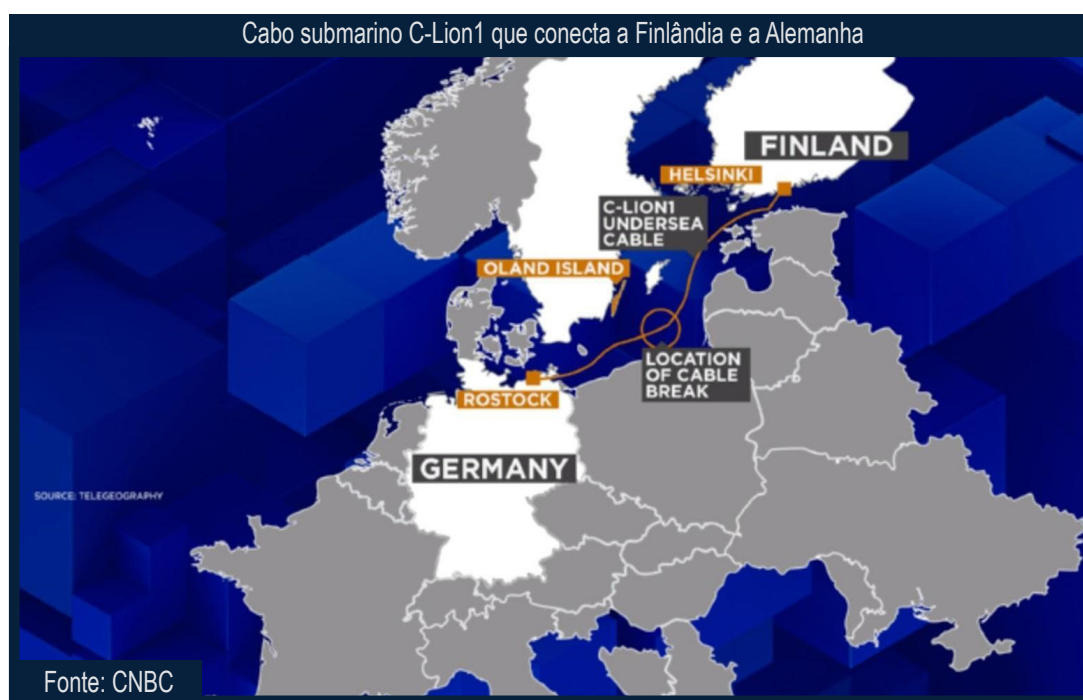
Em novembro de 2024, cabos submarinos de comunicação que ligam a Finlândia e a Alemanha por mais de 1.200 km se romperam. Um dos cabos

interrompidos foi o *C-Lion1*, que é propriedade da Cinia, uma empresa estatal finlandesa e que é a única ligação direta deste tipo entre a Finlândia e a Europa Central. Em meio às tensões que o Mar Báltico se encontra, representantes da Finlândia e da Alemanha suspeitam de sabotagem. Ainda em novembro de 2024, outro cabo submarino danificado conectava a Lituânia e a Suécia, da *BCS East West Interlink*. A empresa afirmou que já trabalhou na restauração do cabo, mas entende-se que esse tipo de trabalho toma tempo e dinheiro, o que pode deixar países vulneráveis no que se refere às suas comunicações, transações bancárias e a seu fluxo de Internet.

Cabe ressaltar que estes tipos de cabos submarinos são notavelmente resistentes e têm vida útil de 25 anos. Especialistas acreditam que a vida marinha seria incapaz de causar tais danos. Dessarte, as suspeitas de sabotagem enquanto elemento de uma guerra híbrida no Báltico cresceu nas últimas semanas. Apesar da dificuldade de

se atribuir responsabilidade nestes casos, autoridades europeias suspeitam do envolvimento de um navio que navegava por tal trecho do Mar Báltico sob bandeira chinesa. A Alemanha, sem nomear um potencial suspeito específico, disse acreditar que o corte do cabo foi um ato de “sabotagem” e uma possível guerra “híbrida”.

Ainda em 2024, o Chefe de inteligência da OTAN, David Cattler, já havia chamado a atenção sobre um possível “mapeamento” russo das infraestruturas críticas no fundo dos mares Mediterrâneo e Báltico, o que reforça as suspeitas dos países europeus em relação a sabotagem. Por fim, entende-se que elementos de guerra híbrida se tornarão cada vez mais comuns nas disputas internacionais. Atores internacionais estão inclinados a culpar a Rússia ou a China quando ocorrem ataques a infraestrutura crítica, ataques cibernéticos de maneira geral ou aquilo que consideram como atos de “sabotagem” no meio marítimo.



- ▶ [China's Global Maritime Ambitions 10,000 Miles Beyond Taiwan](#)
USNI, Comandante Aaron Marchant.
- ▶ [China Imposes Its Most Stringent Critical Minerals Export Restrictions Yet Amidst Escalating U.S.-China Tech War](#)
CSIS, Gracelin Baskaran e Meredith Schwartz.
- ▶ [India: la potencia indefinible](#)
MINISTÉRIO DA DEFESA DA ESPANHA, Ana Ballesteros Peiró.
- ▶ [Peace Through Agency: How to End Russia's War in Ukraine](#)
RUSI, Ray Hartley e Dr. Greg Mills.
- ▶ [AUKUS risks are piling up. Australia must prepare to build French SSNs instead](#)
ASPI, Peter Briggs.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

DEZEMBRO

Principais eventos de 03 a 31

02-13  ARÁBIA SAUDITA 16ª COP NA CONVENÇÃO DA ONU DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	19  BÉLGICA REUNIÃO DO CONSELHO EUROPEU	29  CHADE ELEIÇÕES PARLAMENTARES	29  CROÁCIA ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
---	--	--	---

JANEIRO

Principais eventos de 01 a 26

01  BRASIL INÍCIO DA PRESIDÊNCIA BRASILEIRA DOS BRICS	10  VENEZUELA CERIMÔNIA DE POSSE DA PRESIDÊNCIA	13-26  BULGÁRIA EXERCÍCIO "STEADFAST DART" 25	20  ESTADOS UNIDOS CERIMÔNIA DE POSSE DA PRESIDÊNCIA
--	--	---	---

- **Marinha chilena: Perspectivas de desenvolvimento técnico e geopolítica**

GARCÍA, Nicolás. [Almte J. De la Maza \(Chile\): “Os navios Viel e Lientur representam um compromisso do Estado com o acesso, logística e soberania do país sobre seu território antártico” \(3\)](#). *InfoDefensa*, 16 maio 2024. Acesso em: 06 dez. 2024.

GARCÍA, Nicolás. [A Marinha do Chile promove contínua construção naval nacional para renovar sua frota naval e marítima](#). *InfoDefensa*, 03 dez. 2024. Acesso em: 06 dez. 2024.

- **Canadá e a entrada na AUKUS**

KHALIQ, Riyaz Ul. [AUKUS nations expand engagement with Japan, Canada, New Zealand, South Korea](#). *Anadolu Ajansi*, 18 set. 2024. Acesso em: 08 nov. 2024.

[AUKUS in talks with Canada, Japan, NZ, say leaders](#). *Reuters*, 17 set. 2024. Acesso em: 08 nov. 2024.

- **A saída de Angola da OPEP e a concorrência petrolífera no Atlântico Sul**

[Angola seeks ‘sustainable’ oil & gas exploration to keep its diversification engine running](#). *Offshore Energy*, 10 out. 2024. Acesso em: 07 dez. 2024

NAKHLE, C. [Why Angola left OPEC?](#). *Geopolitical Intelligence Service*, 18 abr. 2024. Acesso em: 07 dez. 2024.

- **Soberania contestada na Baía de Corisco: o impasse entre Guiné Equatorial e Gabão**

[Equatorial Guinea and Gabon face off at the ICJ over oil rich islands](#). *RFI*, 30 set. 2024. Acesso em: 02 dez. 2024.

SIELE, Martin K.N. [Gabon and Equatorial Guinea are battling for oil-rich islands](#). *Semafor*, 02 out. 2024. Acesso em: 02 dez. 2024.

- **EUNAVFOR “Atalanta” e a Marinha Real de Omã estreitam cooperação**

[THE ROYAL NAVY OF THE SULTANATE OF OMAN AND ATALANTA JOINT ACTIVITIES AT SEA EU](#). *Naval Force Atalanta News*, 23 set. 2024. Acesso em : 25 nov. 2024.

ROSSI, Melissa. [Oman: Strategic Surroundings and Naval Power Projection](#). *Euro-Gulf Information Center*, 31 maio 2023. Acesso em: 25 nov. 2024.

- **A nova estratégia franco-marroquina no Norte da África**

[FRANCE, Morocco sign agreements worth €10 billion on investment, infrastructure, energy](#). *Africa News*, 29 out. 2024. Acesso em: 03 nov. 2024.

[Macron apoia soberania marroquina sobre o Saara Ocidental](#). *Investing.com*, 28 out. 2024. Acesso em: 02 nov. 2024.

- **Entre centrífugas e conflitos: o que esperar do Irã em 2025**

[Iran plans to install 6,000 centrifuges to enrich uranium, IAEA says](#). *Al Jazeera*, 29 nov. 2024. Acesso em: 05 dez. 2024.

[Iran to Arm New Warship with Long-Range Missiles: Navy Chief](#). *Tasnim News Agency*, 26 nov. 2024. Acesso em: 05 dez. 2024.

- **Desafios da Índia em busca de autonomia mineral**

[Ukraine to Receive Generators, Ammo, Mortar Rounds From Lithuania](#). *The Defense Post*, 01 nov. 2024. Acesso em: 06 nov. 2024

[War in Ukraine: Wide Partisan Differences on U.S. Responsibility and Support](#). *Pew Research Center*, 29 jul. 2024. Acesso em: 06 nov. 2024.

- **Presença chinesa na América do Sul: união das capacidades nacionais**

[Xi Jinping opens huge port in Peru funded by China](#). *NBC News*, 15 nov. 2024. Acesso em: 06 nov. 2024.

VILLAGRA, Manolo. [Chancay Megaport: Repercussions on South American Trade and Geostrategic Impact](#). *CEEPP*, 10 mai. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.

- **Os esforços da Índia na diversificação do petróleo bruto e o papel da América do Sul**

WILKINSON, Bert. [India's Modi seeks energy security from Guyana and its vast oil deposits](#). *AP News*, 22 nov. 2024. Acesso em: 07 dez. 2024.

ANAND, Saurav. [India ramps up crude oil sourcing from Brazil amid Middle East tensions](#). *ET EnergyWorld*, 17 out. 2024. Acesso em: 07 dez. 2024.

- **Deescalada na fronteira Sino-Indiana**

KUNAL, Purohit. [China-India border dispute spills over into water resources: ‘difficult to agree’](#). *The South China Morning Post*, 04 set. 2023. Acesso em: 07 nov. 2024.

BUKHARI, Fayaz; JAMKHANDIKAR, Shilpa; KAUSHIK, Krishn. [India, China reach pact to resolve border conflict, Indian foreign minister says](#). *Reuters*, 21 out. 2024. Acesso em: 08 nov. 2024.

- **A liderança brasileira na Expedição Internacional de Circum-Navegação Costeira Antártica**

[Expedição científica internacional vai à Antártica investigar consequências das mudanças climáticas para a região](#). *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações*, 23 out. 2024. Acesso em: 05 dez. 2024.

SIMÕES, Jefferson Cardia. [Brasil lidera maior circum-navegação científica da Antártica](#). *Academia Brasileira de Ciências*, 13 nov. 2024. Acesso em: 05 dez. 2024.

- **O rompimento de cabos submarinos de comunicações no Báltico: elementos da guerra híbrida?**

BROWNE, Ryan. [Undersea cables cuts in the Baltic sea are stoking geopolitical tensions - here is what's going on](#). *Tech The Edge, CNBC*, 28 nov. 2024. Acesso em: 06 dez. 2024.

BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

• HAITI - Conflitos internos: [Haiti gang massacres at least 110 people in Cite Soleil, rights group says](#). **Reuters**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Israel reports drone attack from Yemen amid regional tension](#). **Anadolu Ajansi**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• IRÃ - Instabilidade regional: Iran in direct contact with groups in Syria's new leadership, Iranian official says. **Reuters**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• ISRAEL - Conflito regional: [Israel carries out air strikes on suspected Syrian chemical weapons sites](#). **BBC**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• LÍBANO - Crise estrutural: [Settler group claims to have entered Lebanon and established outpost; IDF denies it](#). **The Times of Israel**, 08 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• MAR VERMELHO - Ataque a embarcações: [Western military pressure has been unable to stop Houthis attacks along the Red Sea, IISS report](#). **MercoPress**, 05 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• MIANMAR - Conflito interno: [A ação do TPI sobre os rohingyas é histórica, mas o tribunal deve ir mais longe em Mianmar](#). **The Diplomat**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Uganda's DRC mission under scrutiny amid claims of double dealing](#). **RFI**, 06 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine reports destroying 18 Russian drones](#). **VOA News**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• SÍRIA - Crise regional: [Rebels take north Syria town from U.S.-backed group, Turkish source says](#). **Reuters**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• SOMÁLIA - Crise estrutural: [Somalia Accuses Ethiopia of Sovereignty Violation in Jubaland](#). **News Central**, 07 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• SUDÃO - Conflito interno: [Threat of RSF invasion looms over el-Fasher in Sudan's Darfur](#). **Al Jazeera**, 04 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• VENEZUELA - Crise sociopolítica: [Edmundo González se niega a dirigir desde el exilio; sí regresará a Venezuela en enero](#). **El País**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

► MÉDIO RISCO:

• BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina Faso military junta dismisses premier, dissolves government](#). **News AZ**, 07 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• GUINÉ - Crise sociopolítica: [Affaire corruption à la SEG : un énième rebondissement devant la CRIEF](#). **Guineenews.org**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• IRAQUE - Crise regional: [Iraq fortifies borders with Syria after Assad's regime toppled](#). **The New Arab**, 08 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• MALI - Crise sociopolítica: [Mali court frees 11 signatories to declaration calling for ruling military junta to stand down](#). **The Washington Post**, 06 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [US, Japan and Philippine forces jointly patrol in South China Sea after hostilities involving China](#). **AP News**, 06 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• NÍGER - Crise sociopolítica: [Prominent Civil Society Activist Arbitrarily Arrested](#). **Humans Rights Watch**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• PENÍNSULA COREANA - Crise regional: [South Korean President Lifts Martial Law, Now Faces Looming Impeachment](#). **The Diplomat**, 04 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Number of unaccompanied and separated children migrating in Latin America and the Caribbean hits record high](#). **UNICEF**, 05 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

► EM MONITORAMENTO:

• AFGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Taliban Targeting The Hazara In Afghanistan Yet Again](#). **Forbes**, 08 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Azerbaijan and Armenia report progress in peace talks](#). **JAM News**, 06 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh and India hold talks aimed at defusing escalating tensions](#). **AP News**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• BELARUS - Instabilidade regional: [Putin signs security treaty with Belarus including possible use of nuclear weapons](#). **Euronews**, 07 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• BOLÍVIA - Instabilidade sociopolítica: [Evo Morales y su dirigencia barajan nombres para nuevo partido político](#). **Los Tiempos**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [Búsqueda de consensos, falta de mayorías y mucha tensión: así van las reformas de Petro en el Congreso, a dos semanas del fin de las sesiones](#). **El País**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Bukele anuncia que solicitará revogação da lei que proíbe a mineração em El Salvador](#). **BN Americas**, 06 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Massacres Surge as Gangs Atomize in Ecuador](#). **Insight Crime**, 02 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Ethiopia's Agony: 'I Have Never Seen This Kind of Cruelty in My Life'](#). **The New York Times**, 05 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Latin America Can't Let Its Guard Down on Venezuela-Guyana Tensions](#). **World Politics Review**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Ortega y Murillo legalizan los destierros y la negativa de salida o ingreso de críticos a Nicaragua](#). **El País**, 04 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• NIGÉRIA - Instabilidade interna: [Rising Malnutrition in Northwest Nigeria: MSF Warns of Worsening Crisis](#). **HumAngle**, 08 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan court issues arrest warrant for ex-PM Imran Khan's wife](#). **Reuters**, 05 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [Senegal PM says he will continue in his role despite speculation](#). **Africa News**, 03 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.

• TAIWAN - Disputas regionais: [China begins military movements around Taiwan as the island braces for potential drills](#). **CNN**, 09 dez. 2024. Acesso em: 09 dez. 2024.